

A queda da receita e a estiagem geram dificuldades em um contexto de moeda estável

*Paulo Roberto Nunes da Silva**

Introdução

Dado que, ao longo do ano, foram tratados de maneira específica os acontecimentos mais importantes da conjuntura agropecuária,¹ o objetivo deste texto será a busca do entendimento desses acontecimentos à luz de uma situação inédita na conjuntura agropecuária: após 20 anos de inflação elevada e sempre crescente, pela primeira vez os agricultores conseguiram plantar, colher e comercializar uma safra em uma conjuntura com inflação baixa e controlada.² Ademais, há indicações de que esse quadro poderá ter continuidade até o final do ano-safra 1995/96. Portanto, enfocar-se-á o comportamento da agricultura gaúcha durante o ano de 1995, destacando-se o movimento dos agentes econômicos habituados, durante três décadas, a gerir a produção em um contexto de inflação acelerada e crescente.

Isto posto, trata-se, primeiramente, de descrever o cenário de expectativas dos agricultores gaúchos quanto à conjuntura deflagrada pela implantação do

* Economista, técnico da FEE.

O autor agradece às colegas Marinês Z. Grando, Vivian Fürstenau e Mirian Kuhn pelos comentários à versão preliminar do texto e à estagiária Alba Tatiane Silva da Costa pela elaboração das tabelas.

¹ Os acontecimentos do ano-safra 1994/95 estão abordados, sob o ponto de vista do mesmo autor e de forma mais específica, nos textos citados a seguir e editados nesta revista e que serão referidos sempre que necessário.

² A inflação média do ano de 1995 foi medida em 21,83% pelo IPC-IEPE; em 23,16% pelo IPC-FIPE; em 14,78% pelo IGP-DI; e em 15,25% pelo IGP-M.

Plano Real no momento da definição das intenções de plantio da safra 1994/95. Em seguida e a partir desse cenário, constrói-se o quadro da realidade enfrentada pelos produtores agrícolas durante o ano de 1995. Por fim, com base no contexto conjuntural do último trimestre de 1995, busca-se traçar um cenário para a conjuntura agropecuária no primeiro semestre de 1996.

O contexto onde se definiram as intenções de plantio

As intenções de plantio dos agricultores gaúchos podem ser abordadas através de dois tipos de condicionantes: a situação no momento do plantio no que diz respeito aos resultados obtidos nas safras anteriores e as expectativas com relação ao comportamento do mercado e da economia em geral no decorrer da safra.

No contexto do primeiro condicionante, vale lembrar que, em meados da década de 90 (mais precisamente no período que transcorreu entre a quebra histórica das lavouras de milho e de soja na safra 1990/91 e o período pré-plantio de 1994/95, ou seja, terceiro trimestre de 1994), os agricultores gaúchos, ajudados por um clima favorável, conseguiram obter três boas colheitas consecutivas. Aumentos de produção foram obtidos com aumentos de produtividade, ao mesmo tempo em que a área colhida se manteve estabilizada, depois de ter apresentado decréscimos desde a primeira metade da década de 80 (SILVA, 1995).

A política de abertura de mercado implementada a partir do início dos anos 90 conteve o custo dos insumos agrícolas, via redução ou eliminação das tarifas de importação. Esse movimento foi captado, no caso das lavouras de milho e de soja no RS, através dos custos calculados pela Fecotrigo. Em relação à lavoura de milho, observou-se uma relativa contenção nas três primeiras safras da década e uma redução de 7,8% na quarta. Já na safra 1994/95, os gastos com insumos para a lavoura de milho cresceram 7,6% em relação ao gasto médio dos últimos cinco anos. No que se refere à lavoura de soja, notou-se um expressivo decréscimo nos gastos com insumos nas quatro primeiras safras da década de 90. Contudo esse decréscimo foi recuperado na safra 1994/95, quando os gastos com insumos para as lavouras dessa oleaginosa cresceram 5,1% em relação ao gasto médio das cinco safras da primeira metade da década (Tabela 1).

Tabela 1

Evolução do custo dos insumos das lavouras mecanizadas de milho e de soja no Rio Grande do Sul — safras 1990/91-1994/95

(US\$/ha)

INSUMOS MODERNOS	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95 (1)
Milho	116,83	115,80	117,83	108,58	125,84
Soja	93,08	87,21	87,67	82,71	93,31

FONTE: CUSTO DE PRODUÇÃO (1995). Porto Alegre: FECOTRIGO/RS, v.34, nov. (est. n.56).

(1) Revisão safra 1994/95.

É importante salientar que, tomando-se em consideração os índices de preços pagos e recebidos pelos produtores no RS calculados pela Fundação Getúlio Vargas, os preços recebidos evoluíram acima do índice médio da inflação (IGP-DI) nos anos de 1991, 1992 e 1993. Ao mesmo tempo, mantiveram-se evoluindo acima do índice de preços pagos, inclusive na safra 1994/95 (Tabela 2).³ No ano de 1995, os preços recebidos pelos produtores gaúchos, apesar de terem perdido para a inflação, lograram ultrapassar significativamente o crescimento dos preços dos insumos. Esses indicadores apontam que, ao iniciar-se o período de estabilidade monetária do Plano Real, em julho de 1994, a relação de trocas entre agricultura e indústria vinha sendo favorável ao setor agrícola⁴ e, ao mesmo tempo, deixam clara a reversão ocorrida durante o ano de 1995. Ou seja, em plena vigência da estabilidade monetária, ocorreu a reversão na relação de trocas entre agricultura e indústria, passando a ser desfavorável à agricultura.

³ Análise foi feita a partir da observação da evolução dos índices de preços recebidos e pagos pelos produtores, calculados pela Fundação Getúlio Vargas para o RS. Para o cálculo das variações anuais, utilizou-se o índice médio do período de concentração das compras de insumos em cada ano (setembro, outubro e novembro).

⁴ A análise feita através dos índices de preços pagos e recebidos é válida apenas como uma interpretação genérica a respeito do setor agrícola como um todo.

Tabela 2

Variações anuais médias dos índices de preços recebidos e pagos pelos produtores e do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, no Rio Grande do Sul — 1991/95

(%)

ANOS	ÍNDICE DE PREÇOS AGRÍCOLAS		ÍNDICE GERAL DE PREÇOS-DISPONIBILIDADE INTERNA
	Recebidos	Pagos	
1991	494,2	399,4	416,6
1992	1 284,9	1 216,5	1 147,7
1993	2 233,9	2 007,4	2 224,5
1994	1 895,8	1 699,2	2 030,5
1995	2,1	18,2	16,8

FONTE: SUMA ECONÔMICA; CONJUNTURA ECONÔMICA (FGV).

Mas no tocante à política de crédito, a situação no momento do plantio não era muito diferente da observada ao longo dos últimos 10 anos. O nível de endividamento dos agricultores e os encargos financeiros continuavam sendo parte integrante de todas as manifestações de descontentamento do setor. Os índices de inadimplência haviam crescido junto ao sistema financeiro, fundamentalmente após o último "descasamento" entre receita e despesa agrícola ocasionado pelo Plano Collor. Nesse quadro, o montante de cerca de R\$ 7 bilhões de contratos inadimplentes nacionalmente caracterizava-se pela concentração entre os grandes produtores. Desse montante, algo em torno de 17% representava a dívida dos agricultores gaúchos, basicamente formada por orizicultores.

Quanto ao segundo condicionante, que gira em torno das expectativas de mercado em particular e da economia em geral, destaca-se como importante para as intenções de plantio o papel da implementação da terceira etapa do Plano de Estabilização em julho de 1994 sem surpreender os agricultores, como acontecera por ocasião do lançamento dos planos de ajuste anteriores, implantados sempre durante o processo de comercialização. A introdução da URV, na segunda etapa do Plano, em março de 1994, com vistas a promover um realinhamento dos preços relativos havia tranqüilizado os agentes

econômicos, de um modo geral, quanto a um possível congelamento. Além disso, ao longo do segundo semestre de 1994 até a crise mexicana em dezembro, o cenário na economia brasileira foi de otimismo: a política de abertura de mercado, concebida no bojo do Plano Real para garantir a estabilidade interna de preços, o câmbio sobrevalorizado, a redução de tarifas para internalização de produtos importados e a ampliação de prazos para pagamentos de mercadorias estrangeiras compuseram os principais indutores de uma expansão acelerada da demanda interna. Numa análise *ex-post* e considerando-se o recorde de produção observado em 1995, pode-se levantar a hipótese de que a corrida ao consumo observada entre julho e dezembro de 1994, na economia como um todo, pode ter servido para conter o ceticismo do setor no momento do plantio, originado, especificamente, na decisão oficial de congelamento dos preços mínimos entre agosto de 1994 e fevereiro de 1995 e, genericamente, nas decisões de manter elevadas as taxas de juros e de valorização da taxa de câmbio.

Como se pôde notar durante o ano de 1995, a determinação do Governo em conduzir o Plano com base na âncora cambial tornou-se o ponto central dos problemas reclamados pelo setor agrícola em 1995. Primeiro, porque, com a expectativa de que a comercialização da soja teria problemas, foi detonado um processo de substituição entre as lavouras dessa oleaginosa e as de milho, ampliando a oferta interna desse cereal, que acabou deprimindo seus preços e tornando-o fator determinante do sucesso da chamada "âncora verde". Segundo, porque a política cambial, associada às medidas que facilitavam as importações, permitiu a entrada de alimentos importados a preços que pressionaram para baixo as cotações no mercado interno.

Considerando-se especificamente a política agrícola, deve-se levar em conta, em primeiro lugar, que os preços mínimos anunciados no pacote de julho de 1994 corresponderam às expectativas do setor, pois se aproximavam das cotações internacionais. Ademais, a inclusão da soja na Política de Garantia de Preços Mínimos chegou a causar surpresa, uma vez que não estava sendo esperada. A decisão de manter os preços mínimos congelados até o início da comercialização em fevereiro de 1995, entretanto, causou impacto negativo sobre as expectativas dos agricultores, contudo, como se viu, não o suficiente para definir a retração da produção.

Quanto à política de crédito, o montante de recursos a serem alocados foi ampliado em 61,4%, passando do total de R\$ 3,5 bilhões aplicado em 1993 para R\$ 5,65 bilhões. Esse aumento contrastava com o anúncio de que o

principal financiador do setor agrícola, o Banco do Brasil, estaria sem disponibilidade de recursos. O aumento da inadimplência, que atingia o patamar de 25%, a redução das disponibilidades, causada pela elevação do compulsório sobre as aplicações em caderneta de poupança, e o fato de o Banco ter superado o limite de aplicação em crédito rural reduziam a capacidade de financiamento do mesmo, que propunha três alternativas para solucionar o problema: a redução do compulsório sobre as aplicações em caderneta de poupança; a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e a alocação de uma parcela dos recursos das estatais aplicados em títulos públicos federais. Anunciava-se, na época, que somente o FAT poderia alocar cerca de US\$ 4,6 bilhões (GOVERNO..., 1994, p.17).

Posteriormente, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a criação de um fundo de investimentos para custeio da safra, fundamentado nos recursos das estatais aplicados pelo Banco do Brasil em Certificados de Depósito Bancários (CDBs). Ficou decidido que o Banco do Brasil poderia aplicar em crédito rural 70% da parcela de 25% desses recursos. Compulsoriamente recolhidas pelo Banco Central, as aplicações de estatais e fundações foram estimadas entre R\$ 5 e 6 bilhões na época (FUNDO..., 1994. p.1, 15).

Ainda dentro da política de crédito, foi ampliada a obrigatoriedade de aplicação em financiamentos a pequenos produtores. A equivalência-produto foi anunciada para o arroz, o feijão, a mandioca, o milho, o algodão e a soja. O limite de financiamentos pela equivalência-produto foi acrescido de 960 mil para um milhão de UREFs. Foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Familiar (Pronaf), com encargos financeiros de 4% ao ano, e os preços mínimos para os agricultores desse programa teriam um prêmio de 10%. Os encargos do Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária (Procer) foram alterados de 4% ao ano mais TR para 6% sem TR. A soja foi incluída na Política de Garantia de Preços Mínimos.

Enfim, afora a continuidade do atribulado debate entre lideranças do setor, parlamentares e Governo em busca de uma solução para as dívidas acumuladas pelos usuários do crédito rural, o contexto no âmbito da política de crédito não era diferente do que vinha ocorrendo há muito tempo. Em síntese, o volume de recursos e os encargos financeiros oscilam, de um lado, em função da capacidade financeira do Estado e, de outro, da capacidade de pressão dos segmentos interessados sobre a equipe econômica de plantão.

Por último, mas não menos importante, saliente-se que o comportamento favorável das condições de clima durante o plantio e o desenvolvimento

vegetativo das lavouras gaúchas foi, sem dúvida, o mais importante determinante do resultado recorde obtido. Vale lembrar que o excesso de chuvas no período de plantio, principalmente em algumas regiões orizícolas, não chegou a afetar o bom resultado da safra.

A elevação da oferta no mercado interno

A colheita recorde no Rio Grande do Sul de 17,6 milhões de toneladas contribuiu para o também recorde nacional de 81 milhões de toneladas. Esse volume de oferta de grãos no mercado interno compôs, juntamente com as medidas de política econômica no âmbito do Plano Real, os principais determinantes da conjuntura agrícola de 1995.

Não há muito o que acrescentar ao que já foi dito sobre o comportamento da produção em seu aspecto físico. Os dados principais estão disponíveis na Tabela 3. Parece mais importante se retomarem aqui alguns aspectos das políticas econômica e agrícola, buscando destacar suas influências sobre a conjuntura.

A decisão da equipe do Governo de ancorar o Plano Real na política cambial teve duas consequências principais sobre o setor agrícola.

Por um lado, inibiu as exportações, afetando as cotações internas das *commodities*. As cotações da soja entraram em queda, somente iniciando uma recuperação em termos nominais a partir de junho, com as primeiras indicações de que a safra norte-americana sofreria quebra. A confirmação da frustração na safra norte-americana acentuou a queda dos estoques mundiais, que já vinham sendo reduzidos em função da política de contenção de gastos governamentais adotada tanto por norte-americanos como por europeus. Associou-se a isso o crescimento da demanda dos países asiáticos, com destaque para a China. Esse cenário internacional, que sustentou a recuperação nominal dos preços da soja, não beneficiou muito os produtores, pois boa parte deles já havia negociado suas safras.

Por outro lado, associada às medidas de facilitação das importações, como redução ou eliminação de tarifas e ampliação dos prazos de pagamento dos contratos, a valorização do câmbio contribuiu para a ampliação da oferta interna de alimentos e, em decorrência, para pressionar para baixo suas cotações no mercado nacional.

Tabela 3

Comparativo de produção de culturas investigadas no Rio Grande do Sul — safra 1994/95

PRODUTOS AGRÍCOLAS	PRODUÇÃO OBTIDA		VARIÇÃO %
	1994	1995	
Amendoim (1)	6 156	6 248	1,49
Arroz	4 230 680	5 038 101	19,08
Arroz irrigado (1)	4 194 219	5 002 565	19,27
Arroz de sequeiro (1)	36 461	36 536	-2,54
Aveia (2)	175 956	47 378	-73,07
Centeio (2)	3 149	1 889	-40,01
Cevada (2)	53 897	65 956	22,37
Colza (2)	2 698	1 754	-34,99
Feijão (1)	168 185	192 713	14,58
Feijão 1ª safra	140 621	162 079	15,26
Feijão 2ª safra	27 564	30 634	11,14
Girassol (1)	1 088	930	-14,52
Linho (2)	1 634	2 602	59,24
Milho (1)	4 751 443	5 935 667	24,92
Soja (1)	5 442 728	5 847 985	7,45
Sorgo granífero (1)	66 454	63 066	-0,05
Trigo (2)	809 915	334 525	-58,7
Trigo mourisco (1)	3 161	381	-87,95
Triticale (2)	64 360	47 115	-26,79
Total	15 781 504	17 586 310	11,44

FONTE: LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. IBGE.

(1) Cultivos de verão. (2) Cultivos de inverno.

Este foi o caso, por exemplo, do trigo nos primeiros meses do Real. No entanto a quebra da safra argentina e, por conseguinte, os problemas causados para o cumprimento dos compromissos assumidos por esse parceiro brasileiro do Mercosul no fornecimento desse cereal acabaram por determinar uma inesperada entrada do Brasil no mercado internacional de trigo e, assim, um aumento das cotações no mercado externo, com reflexos nos custos de produção dos derivados no mercado interno. No caso do milho, a importação de cerca de 800 mil toneladas durante o ano de 1995 foi um elemento a mais na definição do grande volume de oferta de carne de frango no mercado

interno, contribuindo para torná-la o item de consumo preferido da população, afetando o mercado de carnes em geral e não permitindo o repasse de aumentos nas carnes bovina e suína que foram tentados pelos segmentos produtores.

As conseqüências sobre o setor agrícola

Dessa forma, uma safra recorde, associada a um conjunto de medidas que objetivavam a contenção do processo inflacionário, fez com que a receita das principais lavouras de grãos apresentasse uma queda. No Rio Grande do Sul, onde, na grande maioria dos municípios, a atividade agropecuária ainda se constitui em importante fonte de renda, seja a partir da exploração direta, seja a partir da exploração de atividades afins, a queda da receita agrícola acabou por gerar um efeito cascata de frustrações financeiras. Entre os segmentos atingidos pelos reflexos da queda da renda agrícola, destaca-se a indústria metal-mecânica do RS, cujo ramo de máquinas e equipamentos agrícolas praticamente parou a partir de maio.

Nessa conjuntura de queda da receita as pressões por parte do setor agrícola no sentido de conduzir o processo de renegociação das dívidas agrícolas para uma solução favorável assumiram tal proporção que desembocaram numa grande mobilização nacional de agricultores. O Movimento Não Posso Plantar-Marcha para Brasília não só refletiu insatisfações acumuladas pelos produtores gaúchos comprometidos junto ao setor financeiro, como também explicitou as dificuldades financeiras do setor oriundas da queda de receita ocorrida em 1995. Durante os meses de junho e julho, um número expressivo de agricultores bloqueou estradas e marchou em direção à Capital Federal, manifestando seu descontentamento em relação às ações do Governo Federal no âmbito da política agrícola (SILVA, 1995a).

Nesse movimento, acumularam-se os velhos descontentamentos do setor agrícola com a política de financiamento da produção e a inconformidade com o não-cumprimento do compromisso governamental de rever, em fevereiro de 1995, os preços mínimos congelados em agosto de 1994. O rompimento desse compromisso por parte do Governo constituiu-se na pá de cal sobre a esperança dos agricultores em uma recuperação dos preços agrícolas, definindo o desequilíbrio da relação entre receita e despesa dos mutuários do crédito

agrícola. A decisão da equipe econômica de não corrigir os preços mínimos esteve ligada à sua crença em que essa correção certamente seria o início de uma aceleração inflacionária de resultados imprevisíveis. Protegida por uma boa disponibilidade de estoques que garantiam o abastecimento sem maiores problemas, a equipe sustentou o congelamento dos preços mínimos.

No entanto o Governo teve que ceder na outra frente de confronto com o setor agrícola, ou seja, na renegociação das dívidas vencidas, que acabou por resultar na aprovação da "securitização", através da Lei nº 9.138, de 29.11.95. Essa lei autorizou o Tesouro Nacional a emitir títulos até o montante de R\$ 7 bilhões, para cobrir alongamentos de dívidas agrícolas. Esses alongamentos atingiam um prazo máximo de 10 anos, com até três de carência, e taxas de juros de 3% ao ano, capitalizados anualmente. Um dos principais pontos de discussão entre o setor agrícola e o Governo foi o estabelecimento de um limite máximo de R\$ 200 mil "para cada emitente do instrumento de crédito identificado pelo respectivo Cadastro da Pessoa Física".

A adesão dos agricultores ao processo de "securitização", apesar das críticas às normas, foi aconselhada pelas lideranças e pelas entidades do setor agrícola. Esta seria uma forma de conseguir extrair dos agentes financeiros um histórico pormenorizado do cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre os contratos, elemento fundamental para embasar uma checagem dos métodos de cobrança desses encargos. O prazo final para oficializar a adesão dos agricultores ao processo de "securitização" deverá esgotar-se em 31 de julho de 1996, de acordo com a norma atual.

Tomando-se em consideração o acima exposto, chama-se atenção para três aspectos relevantes da conjuntura agrícola em 1995: o comportamento dos preços relativos entre produtos e insumos agrícolas; o comportamento dos preços relativos entre produtores e consumidores; e a política de financiamento da produção.

Quanto ao primeiro aspecto, ou seja, os preços relativos entre produtos e insumos agrícolas, tomam-se como exemplo as lavouras de milho e de soja no Rio Grande do Sul. De um modo geral, as análises, e também as manifestações de lideranças, deram pouca importância para o fato, já mencionado acima, de que o custo dos insumos vinha apresentando uma tendência de queda, chegando a ser, na safra 1993/94, o mais baixo das últimas cinco safras. A política de abertura de mercado foi, como já se viu, um dos determinantes dessa tendência. Entretanto a sua reversão durante a safra 1994/95 coloca a seguinte questão: quais as possibilidades de retomada e sustentação de uma relação de preços entre produtos e insumos favorável ao setor agrícola,

supondo-se a continuidade da atual estabilidade monetária? Tomando-se em consideração a situação atual da indústria de insumos no Brasil, acredita-se na possibilidade de ainda haver espaço para ganhos de escala e, conseqüentemente, para melhorar a relação de trocas em favor da agricultura (COUTINHO, FERRAZ, 1994). Resta observar qual o poder de pressão dos agricultores no sentido de retomar suas vantagens no jogo dos preços relativos.

O segundo aspecto está relacionado aos reflexos da conjuntura de queda dos preços ao produtor sobre o movimento dos preços aos consumidores. Em outras palavras, como a chamada "âncora verde" repercutiu na mesa dos consumidores.

A evolução do Índice do Custo de Vida da Cidade de Porto Alegre, calculado pelo IEPE/UFRGS (Tabelas 4 e 5), no período ago./94-dez./95, mostra que esses reflexos foram diferenciados, dependendo do tipo de produto.

Tabela 4

Taxas de variação mensal do Índice do Custo de Vida em Porto Alegre — ago./94-dez./95

MESES E ANOS	ÍNDICE GERAL	ÍNDICE DA ALIMENTAÇÃO	ÍNDICE DOS PRODUTOS INDUSTRIAIS	ÍNDICE DOS PRODUTOS DE ELABORAÇÃO PRIMÁRIA	ÍNDICE DOS PRODUTOS IN NATURA
1994					
Ago.	1,94	0,47	-3,40	-2,05	14,01
Set.	1,52	2,35	-1,56	-1,86	17,44
Out.	1,70	3,33	-1,11	4,58	8,72
Nov.	1,92	0,90	0,09	3,92	-2,54
Dez.	1,82	1,46	1,36	1,52	1,52
1995					
Jan.	1,28	0,88	0,68	0,34	2,12
Fev.	1,08	0,58	0,24	-0,97	3,39
Mar.	1,16	-1,88	-1,23	-2,73	-2,04
Abr.	2,63	1,33	1,47	2,51	-0,38
Mai	2,70	1,86	1,40	-1,60	7,80
Jun.	2,54	-1,75	0,55	0,08	-8,85
Jul.	1,59	-0,25	-0,63	4,45	-6,73
Ago.	1,44	0,03	1,62	1,62	-5,38
Set.	0,67	0,81	2,25	-0,21	-0,15
Out.	1,47	-0,11	0,98	-0,10	-2,40
Nov.	1,51	1,03	1,37	-0,12	2,07
Dez.	1,85	0,22	1,47	-0,03	-1,72

FONTE: IEPE/UFRGS.

Tabela 5

Variação acumulada do Índice do Custo de Vida em Porto Alegre — 1994/95

(%)

ÍNDICES	JAN-JUN/94	JAN-DEZ/94	JAN-JUN/95	JAN-DEZ/95
Índice geral	929,78	1 128,31	11,94	21,83
Alimentação	1 047,21	1 215,41	0,97	2,73
Produtos industrializados	1 150,34	1 141,54	3,13	10,62
Produtos de elaboração primária ..	948,64	1 032,76	-2,43	3,08
Produtos <i>in natura</i>	1 029,83	1 753,90	1,24	-12,66

FONTE: IEPE/UFRGS.

Em primeiro lugar, o segmento de maior contribuição nas variações do custo de vida, o dos alimentos de elaboração primária, que congrega principalmente as carnes, o arroz e o leite, apresentou, durante o ano de 1995, um índice de crescimento acumulado bastante baixo frente ao acumulado do índice geral do custo de vida, mas acima da variação do índice total do grupo alimentação. A evolução dos preços dos produtos desse segmento a partir de julho de 1994, em relação ao índice geral, foi bastante oscilante. Depois de ter contribuído de forma decisiva nos meses de agosto e setembro para a redução do custo da alimentação, voltou a crescer bastante acima do índice geral nos meses de novembro e dezembro. Já em 1995, apresentou variações sempre abaixo do índice geral, com exceção dos meses de julho e agosto.

Em segundo lugar, verifica-se que o segmento dos alimentos classificados como produtos industrializados apresentou taxas de crescimento significativamente negativas, comparativamente ao índice geral, durante os quatro primeiros meses do Plano Real. A primeira taxa de crescimento positiva ocorreu apenas no mês de novembro de 1994. Na realidade, a taxa de crescimento dos preços dos alimentos industrializados somente chegou a ultrapassar a taxa de crescimento do índice geral do custo de vida nos meses de agosto e setembro de 1995. Durante o ano de 1995, os preços dos alimentos

industrializados apresentaram um crescimento médio equivalente à metade do crescimento observado para o índice geral do custo de vida. No entanto cresceram quase quatro vezes mais do que o aumento apresentado pelo índice total do segmento alimentação. Isso leva a inferir tentativas de recuperação das margens cedidas ao longo do segundo semestre de 1994. A ampliação da concorrência observada nesse segmento e uma mudança de hábito dos consumidores no sentido de pesquisarem melhor os preços determinaram modificações nesse mercado que merecem ser observadas durante 1996.

Por último, chama-se atenção para o comportamento dos preços dos produtos alimentares *in natura*. Esse segmento apresentou, durante o ano de 1994, uma evolução significativamente superior ao índice geral. Já no primeiro semestre de 1994, os preços dos produtos desse segmento haviam crescido, em média, 11% acima do índice geral. No segundo semestre, esse crescimento ultrapassou em 55% a evolução do índice geral. Durante o ano de 1995, a partir do mês de março, os alimentos *in natura* reverteram a tendência de evolução acima do índice geral, observada durante o ano de 1994, passando a figurar com taxas negativas expressivas. Essa reversão pode ser interpretada como um provável movimento em busca da retomada de espaços de mercado perdidos com o violento acréscimo de preços no período anterior.

Não estão disponíveis no momento da redação deste texto informações sobre o comportamento dos preços nos diversos níveis do mercado (produtor, atacado e varejo) para que se possa avaliar com maior profundidade o significado dos movimentos descritos acima. O fato é que, conforme foi apontado anteriormente (ALIMENTOS:..., 1995, p.2), durante o período jul./94-dez./95, a relação entre os preços pagos pelos consumidores e os preços recebidos pelos produtores, para produtos como arroz, carne bovina, óleo de soja e feijão, havia se ampliado, indicando a fragilidade dos segmentos colocados nos dois extremos do mercado: de um lado, o produtor e, de outro, o consumidor. De outra parte, vale lembrar também os movimentos de aumentos preventivos identificados nos momentos que antecederam cada uma das fases do Plano Real.

O terceiro aspecto está vinculado à política de financiamento da produção. Inicialmente, deve-se considerar que, exatamente quando a estabilidade da moeda ultrapassa o tempo de uma safra, com perspectiva de ampliar-se para a safra seguinte, outros acontecimentos conjunturais vêm mascarar as conseqüências dessa estabilidade. Primeiro, a queda da receita agrícola oca-

sionada pela redução dos preços (já mencionada anteriormente) e, depois, a perda de produção na safra 1995/96 determinada pela estiagem ocorrida ao final de 1995.

É preciso, entretanto, ratificar-se o fato de que, nas últimas três safras, a relação de trocas vinha sendo favorável ao setor agrícola, ou seja, a evolução dos preços recebidos pelos produtores vinha superando a evolução dos preços pagos. O detalhe, para complicar, é a reversão na evolução das relações de troca que veio a ocorrer durante o ano de 1995, quando houve queda dos preços agrícolas e aumento dos preços dos insumos. Assim, o plantio da safra de verão 1995/96 deverá ser relativamente mais caro e ocorrer em um contexto de redução da capacidade de financiamento da produção com recursos próprios. Não estão bem claros os motivos dessa reversão nos custos de produção, mas aponta-se o aumento das cotações das matérias-primas no mercado externo como o responsável. Contudo é preciso não perder de vista os fatores estruturais da indústria de insumos mencionados anteriormente.

O desfecho da renegociação das dívidas acumuladas com a aprovação da "securitização" significará uma compensação das dificuldades trazidas pela queda da receita em 1995. As dívidas vencidas, ao serem postergadas e parceladas, deixam de pressionar os produtores, abrindo espaço para uma recuperação nas próximas safras. A estiagem ocorrida no final de 1995 constitui-se, entretanto, num problema para a recuperação financeira dos agricultores gaúchos.

O ponto positivo relativo ao financiamento da produção é o avanço lento, mas aparentemente firme, das alternativas de financiamento à produção. Na última safra, a contratação de venda futura de soja através de Cédulas de Produto Rural (CPRs) foi um indício importante de que existem brechas para a superação dos problemas de financiamento da produção agrícola. A partir de sua regulamentação em 1994, os contratos de venda através de CPRs realizados pelo Banco do Brasil alcançaram, na safra 1994/95, uma cifra de R\$ 56,7 milhões, representando um total de 388.534 toneladas, volume pequeno ainda para a safra brasileira, mas indicativo de que esse recurso começa a ser aceito (MERCADO..., 1996, p.B-20).

O que fica em aberto em relação ao financiamento da produção são as questões gerais do próprio comportamento da economia brasileira no futuro próximo, sobre o qual há certo consenso. À luz da conjuntura atual, as opiniões mais diversas convergem para a idéia de que a economia deverá manter-se estável ao longo do ano, sem maiores sobressaltos. O crescimento deverá ser

moderado; a balança comercial poderá apresentar alguma recuperação; os índices de inflação deverão reduzir-se um pouco; e a taxa de juros tende a continuar em queda. O Programa de Estabilização deverá continuar ancorado nas políticas monetária e cambial e não na política fiscal, em função das dificuldades inerentes à reforma fiscal. O importante a reter é que a definição de uma política de crédito estável para o setor se amarra à própria estabilidade da economia.

Cabe ainda destacar a forte estiagem que determinou uma quebra significativa nas lavouras de milho e de soja gaúchas da safra 1995/96, levando à organização de um forte movimento entre os agricultores, mais especificamente entre os pequenos. Esse movimento mobilizou um contingente expressivo de agricultores, exigindo providências aos Governos Estadual e Federal no sentido de alcançarem ajuda para a recuperação das perdas.

As reivindicações apresentadas pelos agricultores mobilizados englobavam: crédito a fundo perdido para a manutenção das famílias, no valor de R\$ 1,5 mil por família de quatro pessoas; anistia total do pagamento das sementes recebidas do Governo do Estado através do Programa Troca-Troca; perdão das dívidas assumidas para a safra plantada e perdida; liberação de milho dos estoques oficiais para atendimento das necessidades básicas dos pequenos agricultores; e definição de uma política agrária. A exigência de recursos a fundo perdido foi depois substituída pelo pedido de recursos nos moldes do Procera⁵, com 50% de desconto sobre o valor do principal, acrescido de juros de 6% ao ano e prazo de pagamento de até sete anos, dependendo da finalidade, e dois de carência.

Um longo e conflituoso processo de negociações — que envolveu marchas por cidades do Interior e na Capital, acampamentos e invasões de órgãos públicos, formas de pressão comum ao movimento dos trabalhadores sem terra — ultrapassou os limites do ano de 1995. O Governo Federal, em fevereiro de 1996, depois de já ter mencionado a alocação de uma verba de R\$ 40 milhões para os atingidos pela seca, a juros de 12% ao ano, anunciou as seguintes medidas de apoio: prorrogação por 15 dias do prazo para buscar crédito oficial e enquadramento e aprimoramento das normas do Proagro; concessão de EGF até R\$ 30 mil, sem Opção de Venda, para os produtores

⁵ Programa destinado exclusivamente para o financiamento do custeio e investimento na produção realizada e assentamentos rurais.

de uva; doação, juntamente com o Governo do Estado, de sementes de milho e de feijão para replantio; adiamento do pagamento das dívidas de custeio para os agricultores que fossem beneficiados pela verba de R\$ 40 milhões a ser distribuída para manutenção das famílias. Além disso, o Governo Estadual acenava com a distribuição de uma verba de R\$ 3 milhões através da Defesa Civil (GOVERNO..., 1996, p.32).

O estabelecimento dos juros de 12% ao ano para os recursos tomados a título de manutenção gerou um debate entre produtores e Governo sobre a impossibilidade dos primeiros de honrarem dívidas com essa taxa. Ao final, ficou decidido entre os Governos Federal e Estadual e os produtores que, destes últimos, seriam cobrados juros de 6% ao ano. Os restantes 6% seriam cobertos por um compromisso assumido entre o Governo Estadual e os prefeitos dos municípios atingidos pela seca, e cada uma das partes cobriria uma parcela de 3%.

As características assumidas pelo movimento dos pequenos agricultores, à procura de ajuda para as perdas da estiagem, deixaram evidente que ocorreram mudanças (relativamente a eventos anteriores) no processo de mobilização e de articulação social em busca de transformações na política agrícola por parte desse segmento de agricultores. As mudanças estão, fundamentalmente, nas formas de mobilização, deixando de lado uma atuação mais formal, vinculada a instituições como sindicatos e cooperativas, para privilegiarem ações típicas de entidades como CUT-Rural e Movimento dos Sem-Terra (MST), tais como acampamentos de beira de estrada, invasões de órgãos públicos e caminhadas. Tais mudanças explicitaram divergências entre as entidades representativas dos pequenos agricultores (Fetag, CUT-Rural e MST) no tocante à condução do movimento, mostrando um conflito em busca da hegemonia no controle político do segmento de pequenos agricultores.

Por fim, uma trajetória de 17 meses de inflação baixa e sob controle parece não ter trazido, pelo menos na aparência, grandes vantagens para o setor agrícola. A queda dos preços recebidos pelos produtores, que se refletiu na queda da receita, e a reversão nos preços relativos entre agricultura e indústria, alterando um quadro que se repetira nas primeiras safras da década de 90, foram os principais elementos desfavoráveis ao setor. Para completar, ocorreu a estiagem ao final de 1995, que retirou a perspectiva de recuperação para uma parcela expressiva de agricultores gaúchos. A aprovação do processo de "securitização" da dívida agrícola trouxe, enfim, a saída que os grandes inadimplentes do crédito rural reivindicavam desde o Plano Collor e, com mais intensi-

dade, após a decisão de não corrigir os preços mínimos em fevereiro de 1995, tomada pelo Governo. Chama atenção, entretanto, a posição divulgada pela imprensa de que, para os grandes devedores, processar os agentes financeiros seria mais vantajoso do que "securitizar" a dívida (STJ..., 1996, p.A-9).

As perspectivas para 1996 em função do contexto de 1995

As repercussões da queda da renda agrícola sobre o nível de liquidez no setor associadas à estiagem que assolou o RS neste final de ano devem estar entre os determinantes fundamentais da conjuntura agropecuária do próximo ano. A quebra da safra gaúcha de verão 1995/96, cujo montante ainda não pode ser definitivamente determinado, certamente frustra as expectativas dos produtores ao colocar um problema para a sua recuperação financeira. Essa estiagem também mascara o quadro de intenções de plantio da safra 1995/96, dificultando a avaliação do comportamento dos agricultores quanto às intenções de plantio em uma conjuntura de estabilidade da moeda e perspectivas de recuperação dos preços. A nível nacional, as expectativas são de que a oferta interna de alimentos deverá reduzir-se em torno de 8% a 10%. Resta saber qual o impacto a ser projetado pela redução na produção interna sobre o comportamento do mercado de alimentos.

O Governo Federal ainda dispõe de um bom nível de estoques. Porém o elevado custo de sustentação desses estoques e o fato de que eles são compostos por produtos de safras passadas e, em alguns casos, com baixa qualidade introduzem um grau de incerteza sobre sua capacidade de sustentar, durante o ano de 1996, a repetição dos condicionantes que permitiram o êxito da "âncora verde". O elevado nível de reservas (superior a US\$ 53 bilhões) dá ao Governo uma boa margem de decisão para determinar as importações necessárias à complementação da oferta interna. A elevação das cotações no mercado internacional de *commodities*, entretanto, prenuncia que essas importações terão um custo superior ao despendido em 1994 e 1995 para garantir o êxito inicial do Plano.

Para o setor agrícola, é importante ressaltar que os 17 meses de estabilidade monetária transcorridos entre julho de 1994 e dezembro de 1995 deram aos consumidores uma idéia do que é participar de um mercado com preços

estáveis. Foi possível observar, em alguns momentos, a dificuldade encontrada por parte da indústria e do segmento varejista em repassar aumentos aos consumidores, que aprenderam a substituir e até mesmo a deixar de consumir produtos considerados caros. Isso leva a imaginar-se que a esperada elevação dos preços recebidos pelos produtores terá um limite. Esse limite será dado pelo poder de compra dos consumidores inseridos em um mercado de trabalho com altas taxas de desemprego e com remotas possibilidades de que as elevações reais de salários observadas, nesses 17 meses do Real, no contingente da base da pirâmide de renda voltem a ocorrer nos próximos 12 meses.

Bibliografia

- ALIMENTOS: preços do consumidor versus preços do produtor (1995). **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, v.5, n.3, p.2, out.
- COUTINHO, Luciano, FERRAZ, João C., coords. (1994). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 2.ed. Campinas: Papirus/UNICAMP.
- CUSTO DE PRODUÇÃO (1995). Porto Alegre: Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul, v.34, n.56. (Estudo), nov.
- FUNDO de estatais custará a safra (1994). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.1, 15, 13 set.
- GOVERNO Federal encerra as negociações (1996). **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, p.32, 7 jan.
- GOVERNO sem recursos suficientes para financiar a safra de grãos (1994). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.17, 12 set.
- MERCADO futuro já é uma realidade, O (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-20, 29 jan.
- SILVA, Paulo Roberto N. da (1995). Outra safra recorde; outro descasamento? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.1, p.52-62.
- SILVA, Paulo Roberto N. da (1995a). Qual o tamanho da próxima safra? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.3, p.51-59.
- STJ reduz dívidas de produtores (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-9, 7 fev.